

**NOVAS PERSPECTIVAS PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL
UNIVERSITÁRIA: REFLEXÃO SOBRE O PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR E
APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**NEW PERSPECTIVES FOR UNIVERSITY SOCIAL RESPONSIBILITY: A
REFLECTION ON THE POPULAR EDUCATION PROJECT AND HEALTH
SUPPORT AND THE FAMILY (PEPASF) - FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA,
BRAZIL**

Fellipe Sá Brasileiro

Mestre em Ciências da Informação/Universidade Federal da Paraíba

E-mail: fellipesa@hotmail.com

João Pessoa, Paraíba, Brasil

Eveline Filgueiras Gonçalves

Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação/Escola de Administração e Negócios

E-mail: evelinefg@yahoo.com.br

João Pessoa, Paraíba, Brasil

Maria das Graças Targino*

Pós-Doutorado em Comunicação/Universidade de Salamanca

Doutora em Ciências da Informação/Universidade de Brasília

Professora da Universidade Federal do Piauí

E-mail: gracatargino@hotmail.com

Teresina, Piauí, Brasil

*Endereço: Maria das Graças Targino

Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências de Educação. Campus Universitário Petrônio Portela. Ininga.
CEP: 64049-550 - Teresina, PI – Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 02/05/2014. Última versão recebida em 19/06/2014. Aprovado em 20/06/2014.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

Analisam-se as atividades de extensão desenvolvidas pelo Projeto de Educação Popular e Apoio à Saúde da Família (PEPASF) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujo objetivo central consiste em evidenciar o caráter de responsabilidade social universitária (RSU) da instituição em seu contexto. Para tanto, por meio de revisão de literatura, com ênfase para a perspectiva chilena de RSU, acrescida da técnica de observação direta na Comunidade Maria de Nazaré (João Pessoa, Paraíba, Brasil), identificam-se valores e princípios adotados pelo PEPASF, que corroboram com o desenvolvimento humano na coletividade e com o crescimento humano da própria comunidade universitária. Constatam-se que as atividades de extensão levadas a cabo no contexto da Universidade em foco se configuram como RSU, uma vez que estão fundamentadas em valores e princípios inerentes ao contrato social entre as partes envolvidas. Infere-se, portanto, que a UFPB é capaz de firmar um acordo que vai além do desenvolvimento humano local, em especial, no que diz respeito aos temas de interesse nacional, devendo exercer a RSU em outras dimensões sociais relevantes para o processo desenvolvimentista do país no cenário mundial, tais como de natureza política, econômica e, em especial, científica.

Palavras-chave: Responsabilidade social universitária. Contrato social. Desenvolvimento humano. Atividades de extensão. Extensão universitária brasileira.

ABSTRACT

The following paper presents a reflection on the extension action developed by the Popular Education and Family Health Support Project (PEPASF) from the Federal University of Paraíba (UFPB), which purpose is to emphasize the university social responsibility (USR) character of the same institution on the context. Based on the perspective of Chilean USR literature, as well as direct examination of Maria de Nazaré Community (João Pessoa, Paraíba, Brazil) analyzes values and principles practiced by PEPASF which corroborate to the community human development, as well as people who are part of the institution. It is concluded that the university is capable to develop a social contract beyond local human development, especially when it concerns about national interest, exerting USR in other social dimensions that might be relevant for the nation advance in a worldwide spectrum, such as politics, economical and, firstly, scientific actions.

Keywords: University social responsibility. Social contract. Human development. Extension activities. Brazilian university extension.

1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade social (RS) configura-se como conceito moderno que emerge no contexto empresarial, na segunda metade do século XX, com inúmeras perspectivas de aplicação e entendimento, sobretudo, com aproximação no campo do assistencialismo, filantropismo e *marketing* social. A partir do início deste século, o conceito de RS se expande para a busca de solução de questões de natureza social e ambiental das comunidades locais. Isto é, sua aplicação assume caráter genuíno e mais fiel ao prescrito, indo além das promessas vigentes de exoneração da carga tributária das corporações por parte do Governo e, também, de estratégias mercadológicas de diferenciação perante os concorrentes. É a tentativa de minimizar problemas de cunho social e ambiental que circundam e afetam as organizações, apesar de muitos deles resultarem de descompassos da própria atividade empresarial.

Sob esta nova perspectiva, na atualidade, a RS se estende às organizações públicas e organizações não governamentais (ONGs), alcançando as instituições de ensino superior (IES), públicas e/ou privadas, fazendo emergir o importante segmento de intervenção na sociedade contemporânea. Trata-se da chamada responsabilidade social universitária (RSU), cujo conceito também é controverso entre os teóricos que estudam o tema, incluindo profissionais de educação. De qualquer forma, há nítida convergência para priorizar o desenvolvimento humano de forma sustentável, o qual se fundamenta em valores e princípios que devem ser respeitados nas ações executadas pelas IES, em especial, no que diz respeito às atividades de extensão. A filosofia de trabalho privilegia uma espécie de contrato social ou pacto social entre universidade e comunidade específica com o fim de conduzir todos os esforços para a consolidação do bem comum, seja ele pessoal, social ou institucional.

O contrato social encerra em si mesmo o dinamismo inerente a qualquer instância e/ou movimento da tessitura social. Logo, precisa ser constantemente repensado e ampliado pelos que integram as universidades, sempre em prol de benefícios que possam ser compartilhados por todos os integrantes de determinada comunidade. Quer dizer, o simples fato de transmitir informações e conhecimentos para quem deles necessitam, em meio aos segmentos historicamente marginalizados, não representa um esforço finalístico para a solução de questões sociais presentes em regiões desfavorecidas, sobretudo, quando em confronto com outras localidades e países mais avançados. O contrato social se norteia pela assimilação de conhecimentos capazes de interferir na realidade de cada indivíduo e grupo social, porém respeitando costumes, habilidades, hábitos, enfim, a cultura cultivada pelos agrupamentos ao longo de sua existência. Isto porque se a informação é o motor da história, sobretudo, em se

tratando da sociedade da informação, paradoxalmente, é extremamente ambivalente. Fortalece a democracia ao defender o exercício da cidadania, que pressupõe acesso à informação para cumprimento de deveres e reivindicação de direitos. Em oposição, atua como elemento neocolonizador, quando conduz a formas de dominação econômica, política e cultural, provocando a deculturação ou aculturação – desrespeito à cultura local.

Neste sentido, a universidade assume a RSU juntamente com sua missão institucional. Esta incorpora o tripé pesquisa, ensino e extensão, o qual, por sua vez, gira em torno da produção e transmissão de conhecimentos clássicos ou recém-gerados com vistas à formação cidadã. Ao respeitar e fazer cumprir os preceitos de uma educação construtiva e emancipadora, educador e educando transformam o mundo em que vivem mediante a apreensão lúcida dos acontecimentos que afetam seu cotidiano e as coletividades. E é, então, que as atividades de extensão se posicionam como a “menina dos olhos” das universidades, uma vez que permitem intervenção direta na realidade circundante. São elas capazes de articular pesquisa e ensino num único processo, com vias à libertação do indivíduo num cenário marcado por intensa globalização e, por conseguinte, passível de perder os genuínos valores culturais.

No caso, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) atua no âmbito da extensão com propostas que se aproximam dessa perspectiva. Dentre elas, destaca-se o Projeto de Educação Popular e Apoio à Saúde da Família (PEPASF), conduzido há 17 anos por docentes e discentes do curso de medicina, em colaboração com outras graduações, na Comunidade Maria de Nazaré, localizada no bairro periférico Funcionários III, município de João Pessoa – Paraíba (PB), Brasil. Sua longa existência por si só já justifica sua seleção dentre outros programas expansivos. Ademais, há flagrante carência de estudos que acompanhem o Projeto.

Como decorrência do exposto até então, por meio de revisão de literatura, com ênfase para a perspectiva chilena da RSU, acrescida da técnica de observação direta na citada Comunidade, identificam-se valores e princípios adotados pelo PEPASF, que corroboram com o desenvolvimento humano na coletividade e com o crescimento humano do próprio universo acadêmico. Assim sendo, é objetivo central do *paper* evidenciar até que ponto as ações sociais realizadas colaboram com a melhoria da qualidade de vida em Maria de Nazaré, como também com o fortalecimento da formação profissional de estudantes, professores e pesquisadores que integram a UFPB. Consequentemente, é possível avaliar as chances de contribuição efetiva do PEPASF para o processo desenvolvimentista do país no cenário mundial, nas dimensões políticas, econômicas e, em especial, científicas.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL: PREÂMBULOS E CONCEITOS

O tema responsabilidade social tem sido alvo de atenção em diferentes campos do conhecimento. Como visto na introdução, a princípio, é contemplado no espaço empresarial. Na visão de Ashley (2005), é uma fase que comporta algumas contendas judiciais polêmicas. Entre elas, vem à tona o caso do revolucionário empreendedor norte-americano Henry Ford, fundador da *Ford Motor Company* e o primeiro a adotar o sistema de montagem em série de forma a produzir, em massa, automóveis a um custo menor e num tempo recorde para os padrões da época. O autor do fordismo, no ano de 1916, destina parte dos dividendos à capacitação e ao aumento salarial de seu *staff*. A Suprema Corte do Estado norte-americano de Michigan contesta a iniciativa. Argumenta que o objetivo das empresas é sempre favorecer os acionistas, o que garante o ganho de causa aos irmãos John Francis Dodge e Horace Elgin Dodge, também fabricantes de automóveis.

Ainda de acordo com o autor supracitado, visão diametralmente oposta passa a prevalecer após a Segunda Guerra Mundial. Exemplificando: a Suprema Corte de Nova Jersey, palco de debate sobre o tema, em 1953, é favorável à adoção de recursos para a Universidade de Princeton, contrariando os interesses dos sócios.

No decorrer da história, vê-se que os debates sobre a relação entre objetivos das corporações e metas sociais apresentam-se sob três diferentes primas. Ainda em 1984, com validade até os dias de hoje, Guimarães afirma que a primeira vertente vê a geração de lucros como a única função da empresa. Por conseguinte, investir no social representa incalculável prejuízo para os acionistas. O segundo grupo defende que o benefício social da organização empresarial deve estar acima da acessão econômica. O terceiro, por sua vez, assume postura mediadora: percebe o lucro como meta legítima, ao tempo em que chama atenção para a relevância de uma postura nitidamente social.

Em linha não antagônica de pensamento, é ainda Ashley (2005) quem aglutina as concepções de RS em três abordagens. A primeira ocorre em nível individual; a segunda enfatiza o cumprimento do prescrito na legislação e a terceira enfoca o dever de promover o estado de perfeita satisfação física ou moral, ação que deve suplantar as rigorosas e complexas relações de mercado. É nesta última abordagem que os princípios éticos universais se fazem presentes nos processos decisórios. Consequentemente, a RS das organizações e o comportamento ético de administradores e empresários estão entre as tendências mais significativas das últimas décadas, face ao número significativo de problemas da atualidade.

Dentre eles, para Maximiano (2004), estão: corrupção desenfreada, poluição, desemprego e demanda urgente para maior proteção aos consumidores.

Partindo do ponto de vista de Demétrio L. P. Bom Júnior, Carmen I, Centena González (2009) reforça a concepção de que a RS está, irremediavelmente, fundamentada no compromisso pessoal e/ou organizacional para com o desenvolvimento sustentável, levando em conta a ética. A responsabilidade social pode ser vista como o dever da organização empresarial em agir de forma a suprir seus interesses, porém, sem relegar as demandas do público externo. Isto pressupõe a tomada de decisões e a execução de ações com vistas ao bem-estar da organização e da sociedade. Trata-se de conceituação que se aproxima e, praticamente, reitera a visão de responsabilidade social empresarial (RSE) defendida por Vallaes (2006, p. 36), quando compartilha o conceito da publicação *Libro Verde*, da União Europeia, como ações das empresas que “[...] decidem colaborar, voluntariamente, com o aperfeiçoamento da sociedade e a preservação do meio ambiente”.

Aliás, tal entendimento é idêntico ao do Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, quando diz que a RSE consiste na:

[...] forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2014, não paginado).

Quanto ao Instituto Ethos..., consiste numa conjunção de empresas, sem fins lucrativos, com o fim de sensibilizar e ajudar as corporações a gerir seus negócios, com ênfase na RS, para que se transformem em parceiras rumo à construção de uma sociedade sustentável e equânime. Em termos jurídicos, figura como organização da sociedade civil de interesse público, razão pela qual sua orientação a empresas e empresários é totalmente voluntária e gratuita. Um de seus grandes trunfos, face ao êxito até então obtido, são os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Desde 2000, constituem ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social organizacional, “[...] ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da corporação. Trata-se de instrumento de autoavaliação e aprendizagem de uso essencialmente interno”. Prosseguindo, acrescenta-se que, por meio do preenchimento dos indicadores, que se apresentam na forma de questionário, as companhias podem traçar seu autodiagnóstico e identificar subsídios para planejamento estratégico em sete temas:

1. Valores, transparência e governança.
2. Público interno.
3. Meio ambiente.
4. Fornecedores.
5. Consumidores e clientes.
6. Comunidade.
7. Governo e sociedade (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2014, não paginado).

Percebe-se, pois, que a aplicação dos conceitos em torno da responsabilidade social, de início, utilizado tão somente no contexto empresarial e voltado às ações filantrópicas e assistenciais vem evoluindo. Agora, é ele pensado e introduzido em diferentes instâncias, a exemplo das universidades, brasileiras ou não, nas quais é possível introduzir práticas que contribuam para melhor qualidade de vida dos cidadãos, resgatando a ética no agir pessoal para o coletivo, reavivando o viés filosófico do conceito de ética que remete à responsabilidade para com o próximo e com a sociedade. Mesmo assim, a bem da verdade, mesmo alcançando outros foros, é ainda no ambiente empresarial que a RS mais incide.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: DISCUTINDO CONCEPÇÕES

Tal como a RS e a RSE, desenvolvidas por meio de políticas, rotinas e programas gerenciais que perpassam todos os níveis da organização que as adota, sistematizando, ainda, o diálogo com os públicos com quem ela mantém relações (*stakeholders*), no contexto universitário, a exigência não é distinta. De acordo com a *Global University Network for Innovation* (GUNI, <http://www.guni-rmies.net>), a responsabilidade social universitária é concebida como política ética e de qualidade exercida pela comunidade universitária como um todo. Isso demanda gestão responsável dos impactos educacional, cognitivo e trabalho ambiental das IES, de modo a que o diálogo participativo com as coletividades consiga promover o desenvolvimento humano sustentável (MOROSINI, 2008). Tal desenvolvimento, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em documento original de 1987, o “*Relatório Brundtland*”, é aquele que satisfaz as demandas da geração atual, mas, sem comprometer a chance das

[...] gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades [...] Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os *habitats* naturais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, não paginado).

Com vistas à expansão do conceito e, sobretudo, à prática da RSU, em 2001, o sistema universitário chileno implanta o *Proyecto Universidad Construye País* (www.construyepais.cl), que data de 2001, com o propósito de expandir

[...] o conceito e a prática da responsabilidade social no sistema universitário chileno [...] Esta iniciativa é impulsionada pela Corporação PARTICIPA e Fundação AVINA, e a ela já se reuniram 13 universidades chilenas.

.....
Inspirados em valores humanistas de diversas fontes, as autoridades das instituições de estudo aliadas ao Projeto, acadêmicos e estudantes têm desenvolvido um caminho compartilhado para elaborar uma proposta de promoção da responsabilidade social universitária.

.....
Eles têm estudado, discutido e estabelecido acordos sobre o que significa ser hoje [...] uma universidade socialmente responsável e, posteriormente, têm explicitado princípios e valores que inspiram a identidade de uma universidade com tais características. Finalmente, para concretizar esta visão, têm elaborado um conjunto de indicadores sobre práticas de responsabilidade social universitária para que cada instituição observe e expanda sua responsabilidade em relação à comunidade universitária e seu entorno, ao país e à sociedade global [...] (PROYECTO UNIVERSIDAD CONSTRUYE PAIS, 2004, p. 3, tradução nossa)

O Projeto chileno consiste em visão harmônica expressa pela rede internacional GUNI, criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), após a Conferência Mundial sobre Educação Superior, em 1998. Por seu êxito local, vem servindo de parâmetro para outras nações, incluindo o Brasil e, em particular, o Estado da Paraíba, porquanto prima pela reflexão e estruturação de ações para facilitar a interação entre ensino superior e sociedade.

Para La Jara e Fontecilla e Troncoso (2006), o fortalecimento e a difusão de critérios e princípios gerais e específicos são basilares para que as IES se tornem socialmente responsáveis. Tais princípios, que perpassam os níveis pessoal, social e universitário, promovem avaliação e planejamento de atos voltados à responsabilidade social nessas instituições. A este respeito, é ainda Vallaeys (2006) quem enfatiza a RSU como a adoção, por parte das instituições de ensino superior, de uma atitude ética e socialmente responsável. É o empenho acadêmico institucional que abrange tanto a reflexão da entidade sobre si mesma como sobre seu entorno social, além de assimilar plena responsabilidade diante de problemas sociais recorrentes. Tal atitude requer articulação da tríade ensino/pesquisa/extensão em conjunção com a administração interna.

3.1 Responsabilidade social e extensão universitária

No Brasil, as primeiras manifestações de práticas extensionistas datam do início do século passado, com cursos e conferências ocorridas na antiga Universidade de São Paulo, no longínquo 1911. Face à prática da transmissão verticalizada de conhecimentos, nesse momento, o assistencialismo caracteriza a função social da universidade pública brasileira. Mais adiante, porém, com a institucionalização da ação de extensão, ano 1974, se dá a instituição da Coordenação das Atividades de Extensão, responsável pela elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Decorridos mais de 10 anos, em 1987, a compreensão de extensão universitária é revista quando do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília, Distrito Federal, em esforço do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012, p. 8):

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

A extensão passa a ser vista em interação permanente com o ensino e a pesquisa, o que ressalva a importância fundamental do intercâmbio entre os saberes acadêmico e popular. Com efeito, a Constituição Federal sanciona, em 1988, a aceção de indissociabilidade da mencionada tríade, ao preceituar no Art. 207, que as universidades: “[...] gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). É assim que o pensamento de Paulo Freire referente à educação popular passa a alicerçar o fundamento teórico da extensão universitária. Esta extrapola o tradicional assistencialismo e sinaliza uma prática acadêmica que interliga as práticas de ensino e pesquisa, favorecendo uma formação cidadã atenta à superação de desigualdades sociais, por meio do diálogo e respeito aos agrupamentos sociais locais.

Ora, se o comportamento ético é a essência da RS, na RSU ele motiva e baliza a promoção de valores para a formação de profissionais e cidadãos responsáveis, capazes de vivenciar experiências extensionistas e refletir sobre seus resultados. A RSU transcende o espaço físico das IES, pois assume papel ativo, crítico e responsável da instituição para solucionar ou, no mínimo, reduzir problemas sociais. A extensão universitária proporciona

ações humanitárias, instrui e conscientiza setores desfavorecidos da sociedade, ciente de que tal compromisso deve estar presente nos demais segmentos universitários para que todos comunguem o ideal do desenvolvimento humano sustentável. Portanto, a ação extensionista comporta aprendizado de valores sociais, uma vez que sua prática envolve troca de saberes entre os membros da comunidade e das IES, envolvendo conhecer, fazer, conviver e ser.

Pôr em prática essas ações não é tão simples. As IES brasileiras enfrentam entraves de diferentes naturezas que afetam seu crescimento, dentre os quais, paradoxalmente, se destaca o isolacionismo frente à realidade social. Porém, há expressivos exemplos de avanço, a exemplo das propostas do *Proyecto Universidad Construye País* e, em continuação, do próprio PEPASF. Como descrito anteriormente, proposições desta natureza propiciam relação ativa entre instituição e comunidade por meio de ações de alcance social, as quais serão aqui ponderadas sob o viés da extensão popular e, conseqüentemente, da RSU.

3.2 Responsabilidade social e extensão popular

A extensão universitária fundamenta-se em diferentes concepções. Exemplificando: por meio da inserção de atividades assistenciais distantes da realidade social dos segmentos populacionais assistidos ou, até mesmo, por meio do sistema de colonização. Neste caso, há “invasão” à comunidade para efetivação de atividades verticalizadas, desrespeitando saberes, valores e crenças locais. Entretanto, a genuína extensão popular ostenta, sempre, a bandeira da transformação social via intercâmbio de ideias.

Conseqüentemente, precisa observar e registrar as mudanças que se fazem necessárias em busca de uma sociedade igualitária e crítica e, principalmente, cujos participantes estejam cônscios de sua função como ator social. Freire (2007) chama a atenção para o compromisso profissional como responsabilidade mor para concretização de tantas modificações. Afinal, o acesso à qualificação conduz à sistematização de experiências, com maior utilização do patrimônio cultural, que é de todos. É dever profissional saldar o débito social diante das classes sociais menos favorecidas graças a medidas responsáveis e compatíveis com o cotidiano daquela gente. A partir de então, conceitua-se educação popular como a participação de profissionais qualificados, à semelhança de docentes, religiosos, cientistas sociais, especialistas em saúde, entre muitos outros, que atuam em consonância com as demandas de agentes sociais do povo. Portanto, a educação popular

[...] busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social (VASCONCELOS, 2007, p. 21).

O autor ressalta que os profissionais de saúde, em geral, não detêm conhecimentos suficientes sobre a dinâmica pessoal, familiar e comunitária frente aos problemas de saúde. Então, como na educação popular, discussões e iniciativas não seguem a verticalização autoritária e desrespeitosa às singularidades dos povos, o eixo teórico-metodológico dessa modalidade de educação passa a incorporar o pensar e o fazer no âmbito da saúde. Para organizar serviços de modo alternativo e assegurar o direito à saúde, há, cada vez mais, projetos de educação popular em saúde que agregam tais princípios:

A educação popular em saúde é aqui associada a uma forma de despertar a criticidade do indivíduo, a capacidade dos sujeitos perceberem-se, de fato, sujeitos na construção de seu processo histórico, de reagir às desigualdades sociais e assumir uma postura de luta por aquilo que lhes é mais apropriado. Relaciona-se [...] diretamente com a liberdade de ser sujeito e, como tal, poder fazer escolhas que lhe convenham e não simplesmente resignar-se e aceitar a diferença de classes como algo inexorável (SEVERO; CUNHA; ROS, 2007, p. 242).

Nessa perspectiva, repete-se: aprender envolve conhecer/fazer/conviver/ser. Eis valores sociais básicos na extensão universitária orientada pela educação popular. Portanto, são eles significativos para a integração entre vida acadêmica e dinâmica social. Quer dizer, a integração da universidade *versus* sociedade, cujo compromisso é a qualidade de vida da população, deve ser e é qualificada como ações de RSU.

4 UNIVERSIDADE E REALIDADE LOCAL: CONTRATO SOCIAL

Nos dias atuais, qualquer temática que envolva a trajetória da universidade mundo afora implica perceber novas e dinâmicas expectativas que a circundam como espaço de formação e de disseminação de conhecimentos no entrecruzamento social diante do fenômeno da globalização e do avanço das tecnologias de informação e de comunicação na sociedade contemporânea. Isto porque, ainda que inevitável, a globalização se impõe como elemento ambivalente e mantém face extremamente benéfica – derrocada de barreiras espaciais, temporais e econômicas, por exemplo. Mantém ainda face extremamente obscura, quando

exige de povos e nações, como partícipes do processo, atenção às interferências daí advindas e de naturezas diversas, como antes citado.

Em outras palavras, a globalização transforma a constituição das sociedades. Ao enfraquecer as fronteiras entre as nações, gera o risco de ampliar as idiosincrasias sociais de povos historicamente subalternos às grandes potências mundiais, como é o caso dos países latino-americanos. Reitera-se, pois, que, simultaneamente, a globalização cria novas oportunidades e favorece a interconexão cultural, mas, ao acelerar procedimentos “universais”, termina por privilegiar as estruturas de poder em detrimento das localidades marginalizadas que passam a servir de campo de ação de multinacionais, centros de pesquisas mundiais e estados-nações soberanos.

Um dos principais elementos que auxiliam a compreender o nível de globalização de um território consiste no fluxo de informações acessíveis que, a partir do advento da internet com suas incríveis potencialidades, circula de forma crescente e desenfreada no mundo contemporâneo de modo a estabelecer uma sensação generalizada (e ilusória) de avanço e libertação. Existe visível dicotomia entre este ponto de vista e a realidade de países historicamente subdesenvolvidos. Ao se falar, em termos estatísticos, do acesso às redes sociais de maior penetração, o *Facebook*, por exemplo, vê-se que Brasil, México e Índia ocupam posições privilegiadas em *rankings* mundiais de acesso. Por outro lado, milhares de pessoas que integram essas estatísticas, seguramente, não conseguem absorver conhecimentos capazes de modificar a realidade onde vivem. Portanto, permanecem assumindo índices desfavoráveis, como os de baixa escolaridade, perspectiva de vida curta, desemprego, etc.

Aliás, esse entendimento é ilustrado por dados relativamente recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em casas de brasileiros. Por abranger diferentes segmentos, a PNAD mensura diferentes características socioeconômicas da sociedade, como população, educação e trabalho. Surpreende que, ao analisar o aumento expressivo do acesso à internet pelo povo brasileiro, confirme o maior incremento entre os desocupados, com palavras literais:

Em 2011, das 77,7 milhões de pessoas que utilizaram a internet, 60,1% (46,7 milhões) trabalhavam e 39,9% (31,0 milhões), não trabalhavam. A comparação com 2005, quando das pessoas que acessaram a internet, 62,1% (19,8 milhões) estavam ocupadas e 37,9% (12,1 milhões) não estavam ocupadas, mostrou avanço da participação dos não ocupados entre aqueles que acessaram a internet. Em 2011, 89,3 milhões de pessoas não utilizaram a internet, 25,8% a menos que em 2005. A maior redução, de 30,2%, aconteceu entre os ocupados, contra uma redução de 20,3% dos não ocupados (IBGE, 2014, não paginado).

O que acontece é que a estrutura da globalização e das próprias redes eletrônicas de informação e de comunicação continua concentrada nas mãos das nações mais avançadas. Como decorrência, a informação estratégica proveniente de recantos remotos do planeta alimenta, cada vez mais, os grandes centros de pesquisa, e, portanto, serve sistematicamente como insumo para o fortalecimento militar e o domínio econômico e científico dos países privilegiados. Sem discorrer sobre itens de controle estratégico e ampliação de mercados, entende-se que a atuação dos grandes centros de pesquisas mundiais, à semelhança do *Massachusetts Institute of Technology*, nos Estados Unidos da América, privilegia a inovação de produtos e conhecimentos. Por se dirigirem a demandas e interesses específicos, muitas vezes, tais produtos não condizem com a realidade da maior parte das regiões do mundo, em especial, no que tange aos países subdesenvolvidos. Em evidente contrassenso, essas inovações são impostas e absorvidas como demandas imprescindíveis para a inserção dos indivíduos na dita sociedade da informação, modificando a estrutura social vigente, em vez de estimular a construção e consolidação de competências próprias e eficazes, capazes de solucionar os problemas sociais locais.

Nesse cenário, a universidade pública assume papel vital quanto ao progresso humano e social das coletividades à sua volta. Sua *performance* deve ir além da missão institucional clássica em torno da transmissão e da reflexão sobre produção e disseminação de conhecimentos básicos para a inserção do sujeito social no mundo globalizado. Isto é, deve ir além e alcançar a formação integral (pessoal e profissional) dos indivíduos. É um recurso para tirar proveito das potencialidades sociais, culturais e ambientais que os tornam singulares e únicos, o que corresponde à ênfase para o incremento de competências específicas que os possibilitem pensar e construir seu próprio conhecimento e suas próprias tecnologias.

Dentre os vários exemplos bem sucedidos desta perspectiva no Brasil, tais como agricultura e pesca, entre outros, destaca-se o Exército Brasileiro. Apesar de não dispor de investimentos e equipamentos indispensáveis para concorrer com outras corporações mais fortificadas, configura-se como referência mundial no que diz respeito às operações militares nas regiões de selva. Isto porque, significativa parcela da tropa presente na região amazônica brasileira integra militares de origem indígena, os quais transmitem conhecimentos adquiridos, ao longo de sua história, para os demais militares. Assim sendo, agregam valor às estratégias de sobrevivência e de combate do próprio exército que, por sua vez, passa a incluir a população indígena no amplo contexto social, oferecendo-lhes chances de cidadania e de acesso a novos saberes.

Logo, a universidade, sobretudo na esfera pública, deve contribuir mediante a manutenção e o respeito às diferenças socioculturais em prol do homem e de suas respectivas localidades. Em sua abordagem sobre RSU, Calderón (2006); Carrizo (2006); Kliksberg (2006); e Vallaes (2006) acordam que entre as IES e a realidade local deve existir um fio condutor (contrato ou pacto social) que norteie a inter-relação entre os dois segmentos, mas levando em conta a qualidade de vida das coletividades como o elemento primordial. De um lado, a universidade visa ao conhecimento da realidade e à formação ética do alunado por meio da pesquisa e da vivência de experiências de solidariedade e voluntariado com a comunidade. De outro lado, a comunidade abre suas portas à universidade no sentido de permitir a troca de saberes entre o conhecimento popular e o científico. A partir de então, mudanças favoráveis para ambos os setores podem ocorrer. No que diz respeito à busca constante pelo desenvolvimento humano,

[...] na proposta chilena, os princípios e valores estariam divididos em três planos: pessoal, social e universitário. No plano pessoal pode-se destacar: a dignidade da pessoa, a liberdade e a integridade. No plano social: o bem comum e a equidade social, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, a sociabilidade e solidariedade para a convivência, a aceitação e apreço à diversidade, à cidadania, à democracia e à participação. No plano universitário: o compromisso com a verdade, a excelência, a interdependência e a transdisciplinaridade (CALDERÓN, 2006, p.15-16).

É nessa perspectiva que o PEPASF se efetiva como ação de RSU e extensão universitária / extensão popular no contexto da UFPB. Contempla os três planos arrolados e investe maciçamente no conhecimento da comunidade local. Esta, por sua vez, retorna à IES saberes consolidados como estratégias de saúde aplicáveis a outros lugares do país.

5 PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR E APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA

A priori, antes da apresentação e discussão acerca do PEPASF, acrescenta-se que a medicina comunitária é implantada no Brasil, nos anos 70, fomentando o alinhamento entre profissionais e movimentos populares com vistas a instituir uma medicina com ponto de vista focalizado na educação. A educação em saúde não pode ser concebida como mera aplicação de técnicas responsáveis por mudanças de comportamento, eventualmente prejudiciais à saúde pública, pois configura-se como relação dialógica responsável por uma troca consciente de conhecimentos. Para Vasconcelos (1989), nada mais é do que a interação entre o saber científico e o popular, com a perspectiva de que cada um dos segmentos tenha muito a ensinar

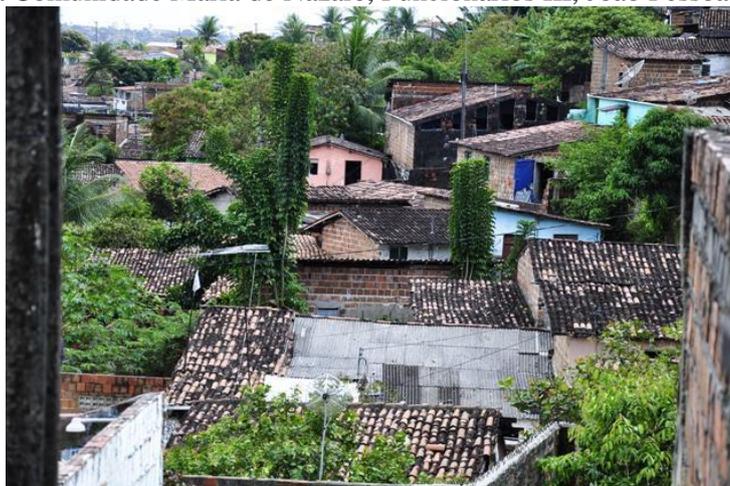
e a aprender. E mais, a educação em saúde caracteriza-se por adotar abordagem biopsicossocial, haja vista que o duelo entre saúde e doença constitui fenômeno complexo, de influência múltipla entre aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Em outras palavras, não se centra na enfermidade, e, sim, no indivíduo inserido em seu respectivo contexto.

Antecedendo as recomendações atuais de que o ensino em saúde deve adotar princípios que teçam o avanço profissional rumo à educação comunitária, o PEPASF está em funcionamento desde setembro de 1997. Recorre a iniciativas pautadas no conceito amplo de saúde – o que permite formação profissional humanista, técnica e eticamente comprometida com o cuidado integral à saúde do indivíduo, da família e da comunidade. Citado como um dos mais antigos projetos de extensão popular do país tem sua origem em iniciativa de universitários da graduação em medicina do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências da Saúde e Escola Técnica de Saúde da UFPB, sob a coordenação do professor Eymard Mourão Vasconcelos.

Seguindo as prescrições teóricas de autores, como Calderón (2006); Carrizo (2006); Freire (2007); Kliksberg (2006); e Vallaeys (2006), o PEPASF figura como programa de extensão organizado com base na relação contínua com os movimentos populares locais. É a confirmação do contrato social ou pacto social vigente entre UFPB e Comunidade Maria de Nazaré, município de João Pessoa – PB, com o fim de propiciar a interação entre o pensar e o fazer cotidiano da população, o saber técnico e a interdisciplinaridade da prática profissional de saúde, seguindo, portanto os moldes da educação popular.

No que diz respeito à Comunidade Maria de Nazaré, trata-se de grupo de baixa renda e estabelecida nos Funcionários II por conta de ocupação liderada pelo movimento dos sem-teto. Com 14 hectares, conta com infraestrutura deficitária, que inclui uma escola de ensino fundamental, uma estação de rádio e um posto do Programa de Saúde da Família. Há poucos dados disponíveis sobre a Comunidade. Informações complementares sobre um projeto de urbanização em andamento proposto para a área, dezembro de 2013, estão no endereço eletrônico <http://www.pac.gov.br/obra/28535>. O órgão responsável é o Ministério das Cidades do Governo Federal, enquanto o executor é a Prefeitura de João Pessoa, que conta com o investimento de R\$10.803.433,82.

Figura 1 – Visão da Comunidade Maria de Nazaré, Funcionários III, João Pessoa – PB, Brasil



Fonte: <http://www.paraiba.com.br/2011/09/08/06141-urbanizacao-beneficia-650-familias-da-comunidade-maria-de-nazare-obra-esta-orcada-em-r-10-mi>

Na atualidade, o PEPASF é referência nacional e internacional em educação popular em saúde. Atrai docentes e discentes de diversas áreas e regiões do país e do exterior. Conta com o envolvimento de educadores e educandos de variados cursos da UFPB e de outras IES situadas na capital João Pessoa, bem como de profissionais, também de diferentes áreas. Aliás, de forma explícita, o edital de convocação para o Projeto constante da página eletrônica da UFPB (<http://www.ufpb.br>), diz: “[...] estudantes de todos os cursos, períodos e instituições que desejem desenvolver atividades de extensão na área de educação popular em saúde já podem se inscrever [...]”

Na condição de prática extensionista e, simultaneamente, extensão popular, o Projeto não perde de vista o objetivo central de fornecer a todos os envolvidos uma visão ampla do binômio saúde-doença e do cotidiano das classes populares. Isto lhe favorece perceber o indivíduo em sua integralidade, além de favorecer o respeito ao dia a dia dos que fazem Maria de Nazaré, o que corresponde à valorização de sua cultura e saber populares.

No decorrer dos anos, o PEPASF tem atuado conjuntamente com outras iniciativas extensionistas da Universidade Federal da Paraíba. No momento, conta com o Projeto Fisioterapia na Comunidade, além de grupos operativos e comissões. Os grupos operativos suprem demandas específicas. Exemplificando: o Criação realiza oficinas de criatividade para crianças; o Fisio na Comunidade desenvolve atividades fisioterapêuticas para idosos e pessoas com problemas motores; e o Cuidado do Trabalhador enfatiza a promoção à saúde dos trabalhadores. As comissões, por seu turno, mantêm suporte para o funcionamento do Projeto, como as de cadastro, frequência, eventos e articulação política, esta última, direcionada aos movimentos políticos e envolvida com lutas da comunidade.

As ações unem atividades distintas. Dentre elas, destaca-se a denominada vivência, onde duplas ou trios de estudantes, junto com membros dos grupos de cuidados existentes na unidade local de saúde da Família, antes mencionada, visitam domicílios da Comunidade. A experiência proporciona o conhecer e a ação interativa entre os sujeitos, atuando um sobre o outro, num esforço de partilhar acontecimentos e saberes, condição *sine qua non* para constituição de profissionais humanizados, críticos e reflexivos. Eis a confirmação do prescrito quando do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria / prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2012, p. 8).

O desempenho do PEPASF provê conhecimento dos problemas locais. Investe na tendência para que todos compreendam a humanização dos serviços como recurso para transformação do modo como cada profissional concebe os cidadãos que demandam sua atuação prática. Esta deve estar intimamente entrelaçada com as condições de vida dos moradores da Comunidade Maria de Nazaré, incluindo, decerto, outras medidas de apoio aos grupos comunitários existentes e à participação em reuniões e encontros pedagógicos. São decisões abrangentes e que tentam, inclusive, reduzir o fosso não apenas entre quem usa ou não tecnologias de acesso à informação, mas para que a soma de “desocupados” com acesso à internet regrida e os coloque na faixa de empregados, visando à alteração dos dados da PNAD antes transcritos *ipsis litteris* (IBGE, 2014).

Entre 1991 e 1997, a Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico executa estudo para avaliar a educação médica no Brasil. Na ocasião, revela a premência de profunda reformulação dos currículos para que o foco na base tecnológica e conceitual do saber médico passe a ser direcionado à formação que priorize a clínica sobre a tecnologia, com destaque para o trabalho em equipes multiprofissionais. Transcorridos 10 anos, 2007, a UFPB apresenta novo projeto político-pedagógico do Curso de Graduação em Medicina para atender à demanda de formação profissional mais competente, humana e ética, ou seja, em prol de um ensino comprometido com o bem-estar da comunidade.

É provável que o êxito de empreendimentos como o PEPASF, à época, intitulado Projeto Grotão, e de vivências nacionais de professores da IES em pauta em programas de formação humanista na medicina, tenha concorrido para essas mudanças. Do ensino voltado à doença a ser curada por meio de drogas e/ou cirurgias, o curso passa a investir no cuidado médico centralizado no doente. Tal como previsto na concepção chilena do *Proyecto Universidad Construye País* e enfatizado por Calderón (2006), é preciso estar atento ao ser humano integral, o que compreende a contemplação dos planos pessoal, social e universitário. De fato, esta tem sido a mola motriz do Projeto, cujo objetivo é a recuperação do equilíbrio, observando aspectos internos (psicológicos) e externos (meio ambiente) para a busca do agente da doença a ser combatida por meio de drogas.

Como a própria Universidade Federal da Paraíba reconhece, o novo projeto político pedagógico do Curso de Graduação em Medicina busca vencer *gaps* curriculares, como: falta de atenção à medicina preventiva, desvalorização de aspectos bioéticos, ausência de medidas de formação complementar, como as atividades de extensão. São falhas que, decerto, distanciam o profissional de qualquer área do novo perfil exigido na contemporaneidade, uma vez que a capacidade de reflexão crítica do educador é o elemento

[...] que conduz ao desenvolvimento de novas estruturas mentais para perceber e lidar com situações novas [...] Esta postura [...] é essencial para traçar o perfil do profissional moderno, apto a desenvolver atitudes, como: (a) saber pensar e intervir; (b) saber formular perspectivas; (c) saber pesquisar e elaborar; (d) saber cultivar a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe; (e) manejar instrumentação eletrônica; (f) reciclar-se permanentemente, e, se necessário, não hesitar em voltar para a universidade; (g) ter consciência da sua responsabilidade como cidadão; (h) lutar pela garantia de sua inserção no mercado (MACÊDO, 2013, p.148).

E é assim que os alunos de medicina da UFPB, conscientes, pouco a pouco, dos ditames da responsabilidade social universitária, da extensão universitária e da extensão popular, percebem, com nitidez, as referências teóricas alusivas ao contrato social entre IES e comunidades locais. Reiteram, na prática, os argumentos em favor da RSU de Calderón (2006); Carrizo (2006); Kliksberg (2006); e Vallaey (2006). O ensino enfatiza uma formação profissional ética, focalizada na observação e no acolhimento comunitário. Empenha-se, sobremaneira, em iniciativas de transformação social, melhoria de condições higiênicas e sanitárias, proteção ao meio ambiente, preservação da saúde, prevenção de doenças e combate e tratamento das patologias inerentes às regiões locais.

É assim que, tomando como referente a técnica de observação direta, é possível constatar a reação dos alunos envolvidos. Participar do Projeto facilita sua humanização, o

respeito, a responsabilidade e o comprometimento com as questões sociais. Humanização, no sentido de valorização do indivíduo, o que pressupõe sensibilidade para dialogar e escutar, considerando o universo de cada um. O respeito consciente para com o outro é estar ciente de que cada membro da Comunidade Maria de Nazaré possui valores, crenças e costumes. Responsabilidade como ação desenvolvida com o intuito de transformação, o que exige certa dose de conscientização. O comprometimento com o social engloba uma série de estratégias, que se iniciam com a identificação das dificuldades com o fim de vencê-las ou minimizá-las.

De acordo com a líder comunitária que participa do Projeto desde sua criação, o PESPASF representa um divisor de águas. Desde seu começo, vem contribuindo para que os cidadãos locais conheçam e administrem seus direitos e deveres sociais e políticos, independentemente de resquícios da política partidária. Na verdade, o Projeto de Educação Popular e Apoio à Saúde da Família, à luz das recomendações das propostas em andamento, segue, cuidadosamente, os passos do *Proyecto Universidad Construye País*, quando assegura que princípios e valores que orientam a RSU podem ser assim sumarizados (Quadro 1):

Quadro 1 - Princípios e valores que orientam a responsabilidade social universitária

PRINCÍPIOS E VALORES DA VIDA UNIVERSITÁRIA RELACIONADOS COM A VIDA EM SOCIEDADE	PRINCÍPIOS E VALORES DA UNIVERSIDADE
Dignidade da pessoa	Compromisso com a verdade
Liberdade	Integridade
Cidadania, democracia e participação	Excelência
Sociabilidade e solidariedade para a convivência	Interdependência e interdisciplinaridade
Bem comum e equidade social	
Desenvolvimento sustentável e meio ambiente	
Aceitação e apreço à diversidade	

Fonte: PROYECTO UNIVERSIDAD CONSTRUYE PAIS. *Observando la responsabilidad social universitaria*. Santiago do Chile, 2004. p. 8

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exposto mostra o PEPASF como modelo de verdadeira interconexão entre universidade e comunidade. Há o respeito ao saber popular. Há a intervenção da ciência na realidade coletiva por meio de processos educativos que induzam a capacidade crítica, caracterizando, por conseguinte, a RSU na extensão universitária da UFPB. Ou seja, reitera-se que as medidas sociais adotadas colaboram, sim, com a melhoria da qualidade de vida em

Maria de Nazaré, e, ainda, com a formação da comunidade universitária da UFPB, até porque os gestores do Projeto estão sempre “de olho” nas prescrições da experiência chilena.

Os procedimentos de responsabilidade social universitária, quando fundamentados em valores e princípios preestabelecidos, encontram o fio condutor do contrato social para a ampliação da harmonia entre objetivos sociais, ambientais e econômicos. Tais métodos de trabalho devem estar atentos às demandas sociais específicas, corroborando, também, para a construção de um país soberano. Basta lembrar que cada ser humano possui necessidades e subjetividades diferentes. É preciso assegurar que cada um não só mantenha seu direito e sua condição de acesso à informação, mas, principalmente, que esteja apto a exercitar sua prática cidadã, graças a ações sistemáticas, críticas e criativas, tais como apregoado pelo *Proyecto Universidad Construye País*, o qual, segundo Calderón (2006, p.15) estabelece:

- a) a importância dada à gestão da universidade, pela definição de mecanismos gerenciais que viabilizam o ensino, a pesquisa e a extensão;
- b) os princípios e valores que devem nortear toda a engenharia institucional postos no centro da estrutura da universidade. Quais seriam esses princípios e valores?

A extensão universitária e/ou extensão popular, ativada em meio à crescente tomada de consciência da força da responsabilidade social universitária, no âmbito da UFPB, conduzida pelo esforço do PEPASF, está alicerçada em valores e princípios que cercam o bem-estar humano. O contrato social que orienta as atividades conduz ao fortalecimento da Comunidade Maria de Nazaré no âmbito da saúde, assim como da cidadania e qualidade de vida. Além disso, auxilia, de forma efetiva, o aprendizado de estudantes, professores e profissionais no que diz respeito à saúde comunitária, concorrendo para sua atualização. Aparece, ainda, como elemento determinante para a mudança estrutural e curricular do Curso de Graduação em Medicina da UFPB, chamando atenção para a relevância da interdisciplinaridade entre os ramos do conhecimento sempre em busca de soluções viáveis para os problemas comunitários locais e específicos.

Além da troca de saberes entre comunidade e universidade, o PEPASF, tal como ocorre com outras iniciativas semelhantes existentes em território nacional, assumem responsabilidade além das fronteiras do mero saber profissional “exigido” ou esperado pela sociedade contemporânea orientada à globalização. Suas atuações podem promover a libertação dos envolvidos, em especial, no que diz respeito ao nível de conscientização diante de temas e problemas dominantes, permitindo que eles consigam elaborar estratégias e soluções particulares para suas demandas locais. Por outro lado, os novos conhecimentos

adquiridos pelas instituições graças às vivências devem ser canalizados para o fortalecimento da ciência e tecnologia brasileira. A C&T alimenta o campo político e estratégico e, portanto, permite o retorno à sociedade sob a forma de melhores condições de vida, de soluções alternativas e de novas oportunidades para os cidadãos. É a desconstrução da ideia equivocada de que os países em desenvolvimento, como o Brasil, estão condenados a servir de trampolim para o avanço e a glória das nações dominantes.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. A. (Org.). A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial. In: _____. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 45-65.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CALDERÓN, A. I. A responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006.
- CARRIZO, L. Conhecimento e responsabilidade social: ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 76-89, jun. 2006.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Relatório Brundtland*. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2014.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- GONZALEZ, C. I. C. Ética e responsabilidade social. *Cadernos da Escola Judicial do TRT da 4ª Região*, Porto Alegre, v.1, n.2, p.17-23, jul. / dez.2009.
- GUIMARÃES, H. W. M. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v.24, n.4, p.211-219, out. / dez. 1984. Disponível em <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901984000400025.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD*: de 2005 para 2011, número de internautas cresce 143,8% e o de pessoas com celular, 107,2%. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2382>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Empresarial*. 2014. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.
- KLIKSBERG, B. A ética e a responsabilidade social da universidade. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 23-25, jun. 2006.
- LA JARA, M. J. de; FONTECILLA, J. M. de F.; TRONCOSO, C. D. Responsabilidade social universitária: uma experiência inovadora na América Latina. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 76-89, jun. 2006.
- MACÊDO, M. de F. U. de C. *Internet e leitura*. Teresina: Edufpi. 2013.
- MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. São Paulo: Atlas. 2004.
- MOROSINI, M. C. Qualidade na educação superior: tendências do século XXI. In: BONIN, I. T. et al. *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008. v. 1. 786 p. p.123-442.
- PROYECTO UNIVERSIDAD CONSTRUYE PAIS. *Observando la responsabilidad social universitaria*. Santiago do Chile, 2004.
- SEVERO, D. O.; CUNHA, A. P. da; ROS, M. A. da. Articulação nacional de movimentos e práticas de educação popular e saúde no Estado de Santa Catarina: fortalezas e fragilidades. In *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 239-245, abr. / jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n2/a05v16n2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Plano político pedagógico do curso de graduação em medicina*. João Pessoa, 2007.
- VALLAEYS, F. Que significa responsabilidade social universitária? *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 35-55, jun. 2006.
- VASCONCELOS, E. M. Os centros de saúde como espaços educativos. In: _____. *Educação popular nos serviços de saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1989. p. 17-20.
- _____. *Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília, DF, 2007. p. 18-29. (Caderno de Educação Popular e Saúde).